

LEMBRANÇAS PESSOAIS DE 35 ANOS DE JUSTIÇA DO TRABALHO

Ives Gandra da Silva Martins Filho*

Atendendo à convocação do ilustre e dileto colega Augusto César Leite de Carvalho para escrever para a edição da *Revista do TST*, que recolherá experiências dos Ministros quanto à história da Justiça do Trabalho, quis dar ao texto que segue um viés distinto, uma vez que, sobre a Justiça do Trabalho, já escrevi livro juntamente com os saudosos juslaboralistas Amauri Mascaro Nascimento e Irany Ferrari (3. ed. São Paulo: LTr, 2011).

Assim, o presente texto trará mais recordações de caráter pessoal, lembrando tempos e pessoas. Essas reminiscências são possíveis para quem atua no e junto ao TST em metade dos 70 anos de existência da Corte, como advogado, servidor, procurador e agora ministro. Começamos, pois, pelo que acode imediatamente à memória, em lembranças tópicas e singelas.

Em que pese ter tido os melhores professores de Direito do Trabalho, na época de Faculdade, tais como Amauri Mascaro Nascimento e Otávio Bueno Magano, no Largo de São Francisco, nos idos de 1977 a 1981, a atração pelo Direito Tributário era maior na época, pois vinha do berço e do estágio no escritório paterno. No entanto, o amor ao Direito e à Justiça do Trabalho viria logo e profundamente.

No dia seguinte à colação de grau, partia eu para Brasília, animado com o ideal de começar nessa cidade o labor do Opus Dei, instituição da Igreja Católica cuja mensagem é justamente a do encontro com Deus no trabalho profissional. Assim, a valorização do trabalho humano, até convertê-lo em caminho de santificação pessoal e de apostolado, já estava no cerne das aspirações de quem desejava exercê-lo da melhor forma possível, como um serviço a Deus e aos demais.

Um dos primeiros amigos que fiz em Brasília foi aquele que hoje é colega meu no TST, o Ministro Guilherme Caputo Bastos. Visitando o Ministro Flaquer Scartezzini no antigo TFR, amigo de meu pai, este me apresentou o Guilherme,

* *Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.*

75 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

seu assessor, cujo pai, Dr. Maurício Bastos, também, por coincidências da vida, o havia levado a uma reunião do Opus Dei. Hoje participamos juntos dessas reuniões, ao lado de tantos amigos novos e velhos.

Outro amigo dos primeiros tempos de Brasília é o Ministro Douglas Rodrigues, que conheci, por intermédio do seu irmão Walton, quando ingressei no mestrado da UnB e ambos terminavam a graduação. Amizades de longa data, acrisoladas pelo tempo.

O primeiro contato com a Justiça do Trabalho veio da advocacia, exercida apenas por um ano, o de 1982. A primeira audiência, inesquecível, por sair do sonho para a realidade. Pego de surpresa e de última hora pelo Dr. Jorge Vinhães, dono do escritório em que trabalhava, ia-o ouvindo, no caminho para a Junta, explicar no quê o motorista dele não teria razão na reclamatória proposta. Perguntado pelo Presidente da Junta, Dr. Sebastião Renato de Paiva, Presidente da JCJ, se trouxera defesa escrita, disse-lhe que não e que faria a defesa oral. Para minha surpresa e decepção, chamou-me para junto da secretária, para que lhe ditasse os termos e começou a conversar com um dos vogais. Percebia que o ideal da CLT era um e que a prática era outra em termos de audiência trabalhista.

Com os problemas de saúde do dono do escritório, sua esposa, Dra. Maria Ormindá, Diretora-Geral do STF, foi quem me sugeriu fazer o concurso para servidor do TST, o qual seria realizado naquele ano de 1982, já que possivelmente o escritório fecharia. Outro concurso também surgiu, para o Ministério das Comunicações. Fui aprovado nos dois, mas como o do TST teve seu resultado divulgado antes, foi nele que ingressei, no dia 7 de fevereiro de 1983. Seria um casamento de longa duração com a Justiça do Trabalho.

O Dr. Roberto Rosas, renomado advogado brasileiro, correspondente do escritório de meu pai e amigo do Ministro Coqueijo Costa, recomendou meu nome ao jurista baiano, que à época ocupava o cargo de Vice-Presidente do TST e que me acolheu, junto com sua esposa e assessora, Dra. Aydil Leite, com tanto carinho e apreço, deixando uma marca indelével de amor ao Direito e à Justiça do Trabalho, como também à terra baiana.

No primeiro dia de trabalho, o Ministro Coqueijo me chamou à sua sala, fez-me sentar ao seu lado, mostrou como se manuseava o processo e se preparava um voto de agravo de instrumento, redigindo um diante de mim em sua máquina de escrever. Ao final, passou-me uma pilha de agravos e disse que podia prepará-los do mesmo modo. A diferença é que eu os minutava manuscritos. Mais interessante ainda é que, pela boa caligrafia, o Ministro Coqueijo os revisava e corrigia em vermelho na própria minuta manuscrita, levando-os

assim à sessão. Só depois de julgados é que o pessoal da datilografia lavrava os acórdãos no papel timbrado. Outros tempos.

Também no primeiro dia, quando fui assistir um pouco da sessão da Turma na qual atuava o Ministro, veio logo depois sentar-se ao meu lado a Dra. Maria Bernadete Silva Pires, paraense que também trabalhava no mesmo gabinete, fazendo verdadeiro questionário sobre mim. Divertiu-me o interesse e a preocupação em bem receber no gabinete. Nascia uma amizade que dura até hoje. Dessa amizade surgiu o meu primeiro livro, em coautoria com ela, *Teoria e Prática do Recurso Extraordinário Trabalhista*, publicado em 1986.

Muitas lembranças, verdadeiramente folclóricas, poderíamos referir desses anos iniciais no TST. Como aquela do Ministro Ajuricaba, numa sessão em que era apregoado um processo da Funai, ter perguntado jocosamente ao Ministro Barata Silva, que a presidia (era o presidente do TST no ano em que nele ingressei como servidor), se ele e os Ministros Pajehú e Tapajós estariam impedidos (jogando com seus nomes indígenas).

Ou aquela outra em que o Ministro Ajuricaba insistia no seu ponto de vista, mesmo depois de vencido, numa sessão presidida pelo Ministro Prates de Macedo, ao que este retrucou: “O Ministro Ajuricaba parece cruzador alemão: afunda, mas afunda atirando!” (lembrando do conhecido caso do Bismarck, encouraçado alemão da Segunda Guerra Mundial, afundado pelos ingleses).

Dos cinco anos em que servi no TST como servidor e assessor, guardo as melhores lembranças, de aprendizado diário com o Ministro Coqueijo Costa e de convívio com colegas que depois me acompanhariam para o Ministério Público do Trabalho, quando para lá migramos um bom grupo de assessores do TST, no concurso de 1988: João Batista Brito Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Afonso Luderitz de Medeiros, Jorge Eduardo Maia, Guiomar Rechia Gomes, Flávia Falcão, Lúcia Barroso Freire, Diana Costa e Samira Prates de Macedo. Uns hoje ministros ou desembargadores, outros já aposentados ou falecidos. Todos guardados na memória do coração.

O ingresso no Ministério Público do Trabalho não me afastou do TST. Depois de apenas oito meses atuando junto ao TRT da 10ª Região, era promovido para o então cargo de Procurador do Trabalho de 1ª categoria, atuando na Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho, que funcionava no anexo do Ministério da Justiça. Era a volta às sessões do TST, como Procurador, dando parecer nos recursos de revista e agravos de instrumento julgados pelo Tribunal.

A grande mudança para a atuação do MPT viria apenas com a Lei Orgânica do MPU (LC nº 75/93), em reconhecimento expresso de que cabia ao

75 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

MPT a atuação não apenas como órgão interveniente nos conflitos trabalhistas, mas também como órgão agente na defesa de interesses difusos e coletivos de natureza trabalhista. Antes disso, dependia-se muito da boa vontade de Tribunais e Juízes do Trabalho para aceitar, com base exclusiva na CF de 1988, art. 129, III, a legitimidade do MPT para a atuação mais ampla do que a de meros pareceristas.

Junto com o Dr. Ótávio Brito Lopes, conseguimos, à época, por intermédio do então Dep. Guilherme Afif Domingos, inserir na Lei Orgânica todo um rol de atribuições específicas do MPT, especialmente no art. 83, não contempladas no projeto original, que hoje constituem a espinha dorsal da atuação do MPT na seara da defesa dos interesses difusos e coletivos na Justiça do Trabalho.

Na gestão do Dr. João Pedro Ferraz dos Passos como Procurador-Geral do Trabalho, fomos convidados a organizar a Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos – Codin para gerenciamento e promoção de inquéritos e ações civis públicas. Foram cinco anos tomando café da manhã, almoçando e jantando ICPs e ACPs, especialmente junto com as Dras. Maria Aparecida Gugel e Heloísa Moraes Rego Pires, integrantes da Codin.

Tivemos a oportunidade de ingressar com as primeiras ações civis públicas na Justiça do Trabalho, em face da Caixa Econômica e Petrobras por terceirização ilegal, além dos primeiros inquéritos civis públicos em face do Banco do Brasil e da CBTU, inspecionando antes os locais de trabalho de ferroviários, de mergulhadores profundos e as condições ergonômicas de bancários e terceirizados. Dizíamos, à época, que a vida de um Procurador do Trabalho, também pela investigação de trabalho escravo, era semelhante à de um Indiana Jones, famoso arqueólogo dos filmes de Spielberg, pelas emoções enfrentadas.

Esses primeiros inquéritos e ações civis públicas encontram-se recolhidos no nº 7 da *Revista do MPT* (março de 1994), publicação que também tivemos a oportunidade de iniciar, juntamente com os colegas Armando de Brito, que depois integrou como Ministro o TST, Pretextato Pennaforte Taborda Ribas Neto e Theocrito Borges dos Santos Filho, posteriormente Desembargadores do Trabalho.

Com a extinção da Codin da PGT na gestão do Dr. Jefferson Pereira Coelho, em 1997, regionalizando-se as atuações nesse campo, mesmo em face de procedimentos empresariais de caráter nacional, o retorno à atuação meramente de parecerista a que estariam relegados os Subprocuradores-Gerais na época não me animou muito. Assim, acabei aceitando o convite do Ministro Gilmar Mendes, amigo e colega de mestrado nos idos de 1985, então subchefe jurídico da Casa Civil da Presidência da República, para integrar a assessoria especial do Presidente da República.

Os dois anos que passei na Casa Civil, em contato diário com o Executivo e o Legislativo na árdua tarefa de examinar, minutar e discutir projetos de lei, decretos e medidas provisórias, especialmente referentes às matérias trabalhista, processual e previdenciária, foram dos mais profícuos da vida. E uma lição fundamental tirei também de gratidão. Quando tinha de discutir com deputados e senadores sobre os projetos de lei e medidas provisórias do governo, qualquer que fosse o partido do parlamentar, da situação ou oposição, sempre ouvia, ao me apresentar, que eram amigos ou admiradores de meu pai. E por quê? Porque ele podia ser duro ao defender suas ideias, mas sempre respeitava e prestigiava a todos. Nunca caía na crítica pessoal. Tenho procurado seguir esse exemplo.

Momento marcante desses dois anos foi o da luta pela extinção da representação classista com o consequente aperfeiçoamento técnico da Justiça do Trabalho. Quando a Anamatra, em congresso comemorativo de seus 40 anos, se arvorava em responsável por essa conquista, lembrei ao seu presidente que, se podíamos comemorar essa conquista, devia-se muito mais ao empenho do governo, convicto da necessidade dessa mudança, do que dos esforços congressuais da associação, pois, à época, a Anajucla era tão ou mais forte e numerosa em associados.

Com efeito, a vitória começou com a batalha por desvincular a remuneração dos classistas dos togados. Lembro-me dos embates que tive com o então Deputado Nilson Gibson, ardoroso defensor dos classistas, na discussão do texto de lei de reajuste da magistratura nacional, que não contemplava os classistas. Na verdade, quando o Ministro Francisco Dornelles, do Trabalho, e o Ministro Gilmar Mendes, subchefe da Casa Civil, compraram a briga, aí a coisa andou e a guerra foi vencida.

Voltando ao TST, lembro-me de que, quando ainda fazia sessões, logo após a extinção da Codin-PGT, numa sessão presidida pela Ministra Cnéa Moreira, pedi a palavra, como me facultava a Lei Orgânica do MPU, para colaborar nos debates como *custos legis*. Ela então me indagou, ironicamente, se eu desejava votar. Respondi, também em tom de brincadeira, que, se pudesse, sim. E foi justamente à sua vaga, quando se aposentou, que me animei a concorrer, para poder votar e não apenas opinar.

Assim, em 14 de outubro de 1999, voltava eu a tomar posse no TST, agora como Ministro, junto com o Ministro Barros Levenhagen. Logo num dos primeiros temas candentes de discussão, o da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos débitos trabalhistas não saldados por empresas terceirizadas, numa reunião na Presidência do Ministro Francisco Fausto, perguntado sobre o que achava, disse que era favorável à responsabilização, ao que

o Ministro Vantuil Abdala brincou dizendo que nem precisariam ser consultados os demais colegas, já que eu, que acabava de sair do governo, manifestava-me contra ele. Respondi que tinha sido por mais de 10 anos Ministério Público e, portanto, tinha minhas próprias convicções sobre o Direito do Trabalho.

Com efeito, no próprio ano de edição da Lei Orgânica do MPU, formulamos, em nome do MPT, pedido de revisão da Súmula nº 256 ao TST, em face do termo de ajuste de conduta que o Banco do Brasil havia firmado em ICP por nós presidido, comprometendo-se a fazer concurso público para todas as atividades que não pudesse legalmente terceirizar. E a Súmula nº 256 era extremamente restritiva. Assim, a edição da Súmula nº 331 saiu no último dia do ano judiciário de 1993, como resposta àquele pedido.

Já tendo atingido a maioria no TST, após 18 anos de judicatura trabalhista na Suprema Corte Laboral, as lembranças são das melhores. Quantos temas polêmicos solucionados, quantos embates superados, quantas amizades feitas. Amizades fraternas desde os Ministros Wagner Pimenta, Armando de Brito, Brito Pereira e Lelio Bentes, que comigo vieram do MPT, chegando a todos com os quais tenho convivido nestes anos na Corte. Penso sempre no TST como uma família e penso também que os que aqui ingressam como Ministros e Ministras passam a ser nossos irmãos. Podemos discutir e divergir, mas nos queremos.

Pelas coincidências da vida, coube ao Ministro Wagner Pimenta dar-me posse por duas vezes em minha vida: como Procurador do Trabalho, quando ele era Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, em 2 de maio de 1988, e como Ministro do TST, quando ele presidia a Corte em 1999.

Ao ingressar na magistratura, procurei espelhar-me em quem via como paradigma de juiz. E foi o Ministro Antonio José de Barros Levenhagen que especialmente me serviu de exemplo, em que pese tantos outros ótimos colegas magistrados. É que coincidíamos na mesma Turma e Seção, ou seja, tínhamos um convívio diuturno e o seu bom exemplo era constante, de qualidade e produtividade. Tanto que, seguindo nessa trilha, acabamos puxando todo o Tribunal para uma sadia competição de baixa de estoques com maior celeridade.

No mês que antecedeu minha posse como Ministro do TST, onde já havia sido servidor e cujo funcionamento interno dos gabinetes já conhecia, comecei a elaborar um “Vade-mécum da Assessoria”, com a forma de escrever, organizar os votos e gerenciar o gabinete, padronizando procedimentos e redação, a par de colocar estímulos aos servidores para melhor desempenho de suas atividades: trabalho por produção, atingimento de metas, fixação de cotas

e premiação com férias adicionais. O resultado, nesses 18 anos, foi excelente, contando com uma equipe cada vez mais treinada e profissional.

A começar pelos sucessivos chefes de gabinete, cuja lembrança quis homenagear em galeria de fotos que se encontra hoje na sala do titular do cargo em meu gabinete: Antônio Vasconcellos, Christine Peter, Michelle Patrick, Gáudio Ribeiro, Lídia Kaoru, Matheus Gonçalves, Francini Thomazini, Wilton Henriques, Júlia Perez e Pedro Chaves. O peso dos encargos explica o revezamento a que vamos procedendo na chefia. Menção também especial merecem as secretárias Luíza Adília, que me acompanha desde os tempos da Procuradoria, há quase 30 anos, e Adelaide Marino, desde que cheguei como Ministro ao Tribunal. Além de servidores exemplares, todos acabaram se tornando amigos diletos, nas duras e nas maduras.

Com o Ministro Moura França, que presidia a 4ª Turma, na qual inicialmente ingressei, e que depois veio a presidir o Tribunal, adquiri o hábito de iniciar as sessões invocando explicitamente a proteção de Deus. Só depois descobri que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados conta com norma expressa indicando que assim comecem suas sessões.

Outro paradigma que me marcou fortemente foi o Ministro Ríder Nogueira de Brito. Sempre chamou a atenção sua rotina de trabalho: chegando às 7h da manhã e saindo às 7h da noite. E não falando em trabalho no final de semana. Rigoroso em matéria administrativa, defendia seus pontos de vista com ardor, mesmo ficando vencido isoladamente. Mas logo se adaptava à nova jurisprudência, sem rediscutir o tema. Sempre invejei sua disciplina, desejando imitá-la. Um dia chego lá.

Momento especial para a Justiça do Trabalho em geral e para o TST em particular foi o da mudança para a nova sede em 1º de fevereiro de 2006. Depois de tantos anos de percalços para se conseguir começar e concluir o prédio desenhado por Oscar Niemeyer, fizemos a mudança em operação que lembrava o dia D da Segunda Guerra Mundial, com dois gabinetes por dia fazendo o desembarque de equipamentos, móveis e processos, com ajuda inclusive do Exército, pois era verdadeira operação de guerra. Quantos servidores, que começaram a laborar na nova sede, desconhecem as vicissitudes que passávamos no prédio antigo, pelo volume descomunal de processos lotando mesas, armários e corredores, a ponto de termos de contratar galpões no SAAN, onde as assessorias tinham de ir para fazer a triagem dos processos que traziam ao Tribunal para preparar votos e despachos.

75 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

As experiências no CNJ, na Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na Vice e na Presidência do TST deram uma visão abrangente dos problemas da Justiça do Trabalho. Visitar todos e cada um dos TRTs, conversando com Desembargadores e Juízes do Trabalho das capitais, tornou possível conhecer os principais problemas que teria de resolver quando assumi a Presidência do TST e principalmente do CSJT.

O ano de 2016, inesquecível para a Justiça do Trabalho devido ao calvário orçamentário pelo qual passou, serviu para fazer com que todos crescessem, encontrando formas e modos de fazer funcionar nossa Justiça sem o dinheiro necessário. Graças ao apoio governamental posterior, que recompôs os orçamentos de 2016 e 2017, é possível hoje funcionar com a devida normalidade. Colaboraram muito nessa tarefa a Dra. Marcia Lovane Sott, Secretária-Geral do Conselho, e a Dra. Kátia Santos, conversando com as equipes técnicas da SOF e TCU, explicando nossa situação e vislumbrando as alternativas, além da Dra. Clara Alves de Souza, assessora parlamentar que tanto tem se empenhado pela aprovação dos projetos de lei que dizem respeito à Justiça Laboral.

Enfim, tratando-se apenas de algumas pinceladas para colaborar no esforço da memória da Justiça do Trabalho e do TST, essas foram as lembranças que me vieram imediatamente à cabeça nesta tarde de domingo em que escrevo, ao final do prazo dado pelo Ministro Augusto César, como se voltasse aos tempos de advocacia, correndo contra o relógio e o calendário, ainda em dias corridos, na vontade de agradecer e homenagear...